



Atratividade Turística em Unidades de Conservação no Mato Grosso do Sul: perspectivas para o desenvolvimento sustentável

Tourist Attractiveness in Conservation Units in Mato Grosso do Sul: perspectives for sustainable development

Marta Regina da Silva-Melo, Neiva Maria Robaldo Guedes

RESUMO: Unidades de Conservação são territórios importantes para a proteção da biodiversidade, provisão de diversas funções essenciais à vida e bem-estar humano. A presente pesquisa tem como objetivo analisar a atratividade turística das Unidades de Conservação de Proteção Integral na categoria Parques Estaduais de Mato Grosso do Sul. A metodologia foi fundamentada no Índice de Atratividade Turística das Unidades de Conservação Brasileira, adaptada para a realidade do Mato Grosso do Sul. O índice de atratividade verificado denota que independente da rica biodiversidade (86,3%), e diversidade de paisagens (80,4%) existentes nesses Parques, por si só não se caracterizam como atração turística, haja vista que o turismo nessas áreas ainda é módico, influenciado por diferentes fatores, dentre os quais: gestão desintegrada (64,7%), quadro de servidores insuficientes (67,6%), ausência de infraestrutura (65,7%), falta de divulgação (68,6%), entre outros obstáculos. Uma possível solução seria a prestação de serviços por meio de concessão. Todavia, é imprescindível que o órgão gestor realize a fiscalização e monitoramento dos serviços prestados, a fim de evitar a mercantilização dos Parques Estaduais e a apropriação voltada unicamente para um uso público conflitante aos objetivos dessas Unidades de Conservação.

PALAVRAS CHAVE: Áreas Protegidas; Turismo Sustentável; Uso Público.

ABSTRACT: Conservation Units are important territories for the protection of biodiversity, provide several essential functions for life and human well-being. This research aims to analyze the tourist attractiveness of Integral Protection Conservation Units in the State Parks of Mato Grosso do Sul category. The methodology was based on the Index of Tourist Attractiveness of the Brazilian Conservation Units, adapted to the reality of Mato Grosso do Sul. The attractiveness index verified shows that regardless of the rich biodiversity (86.3%) and the diversity of landscapes (80.4%) existing in these Parks, alone are not characterized as a tourist attraction, given that tourism in these areas is still modest, influenced by different factors, including: disintegrated management (64.7%), insufficient staff (67.6%), lack of infrastructure (65.7%), lack of disclosure (68.6%), among other obstacles. A possible solution would be the provision of services through a concession. However, it is essential that the management body carries out the inspection and monitoring of services provided, to avoid the commercialization of State Parks and appropriation aimed solely at a public use that conflicts with the objectives of these Conservation Units.

KEYWORDS: Protected Areas; Sustainable Tourism; Public Use.

Introdução

O Brasil é um país de dimensão continental, possui uma incomparável diversidade de ecossistemas e paisagens, sendo um dos mais ricos em diversidade biológica do planeta. A beleza natural é tão peculiar que o país é considerado um dos destinos turísticos mais competitivo do mundo na categoria de recursos naturais (SOUZA; THAPA; CASTRO, 2017).

A relação entre turismo e os ambientes naturais é incontestável, e a procura por essas áreas tem sido cada vez maior. García e Lopez (2018), mencionam que a composição de ambientes naturais se destaca como atratividade para o turismo e, conseqüentemente, favorecem e impulsionam o deslocamento turístico. As áreas naturais se caracterizam como territórios de grande potencial por seus diversos benefícios, especialmente para a saúde humana, além de reconectar as pessoas à natureza. Dessa forma, Van Den Berg, Joyce e De Vries (2012) destacam que a prática de atividades em espaços naturais promove efeitos terapêuticos significativos, tendo em vista que o contato com a natureza melhora a saúde, comportamentos sociais ao longo da vida e promove o bem-estar emocional a longo prazo (RICHARDSON; SHEFFIELD, 2017; HUGHES *et al.*, 2019).

Alguns estudos sinalizam que atividades na natureza proporcionam múltiplos benefícios para o bem-estar e restauração humana (KENIGER *et al.*, 2013; MOGHADAM; SING; YAHYA, 2015; LOUV, 2016; SILVA-MELO, MELO; GUEDES, 2020), e dentre essas benesses que o meio produz quando interagimos com a natureza, citam-se: a redução dos níveis de estresse, combate à ansiedade, aumento da capacidade física, melhora do humor, da coordenação motora e desenvolvimento cognitivo.

Ao reportar os múltiplos benefícios dos ambientes naturais, o Mato Grosso do Sul, localizado no Centro-Oeste do Brasil, é um estado repleto de belezas naturais, detentor de uma rica biodiversidade e de aspectos territoriais que intensificam essas riquezas. O estado compõe uma rede de Unidades de Conservação que figuram em diferentes categorias e formas de proteção à natureza, e entre essas se encontram os Parques Estaduais, descritos no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº. 9.985/2000), pertencentes ao grupo de Proteção Integral, criados com o objetivo de conservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais (MACHADO; FONSECA FILHO, 2016).

São cinco Parques distribuídos por toda superfície territorial do estado, configurados em uma combinação de ambientes resultantes da existência de três significativos domínios morfoclimáticos: o Cerrado, Mata Atlântica e o Pantanal. Essas áreas abrangem 109.068,46 hectares (WWF-BRASIL, 2018), que representam 0,51% da superfície territorial do Mato Grosso do Sul.

Cada uma dessas Unidades de Conservação possui uma variedade de características que contribui para a proteção das diferentes espécies vegetais e animais, além de fornecer vários serviços ecossistêmicos. Bem como, pelos atributos de importância estética, histórica, cultural, educacional, científica e religioso (WWF-BRASIL, 2018). Essas características podem ser consideradas como atratividades turísticas, que geralmente são definidas em relação aos recursos ou atributos de um lugar

específico, classificados como tangíveis ou intangíveis (CASTRO; SOUZA; THAPA, 2015).

O uso público nessas áreas se caracteriza importante, dado o seu caráter turístico e educativo, e por configurar uma ferramenta estratégica que possibilita a sensibilização e desperta nas pessoas perspectivas de conhecimento em relação à natureza por meio de atividades recreativas, científicas, educacionais, esportivas e de interpretação ambiental. Por sua vez, o turismo em áreas protegidas, conforme Leung *et al.* (2019), apresenta características que são convertidas em uma força positiva de representatividade para a conservação.

A presente pesquisa tem por objetivo analisar a atratividade turística das Unidades de Conservação na categoria Parques Estaduais do Mato Grosso do Sul. Especificamente, identificar as potencialidades e fragilidades para o uso público nessas áreas.

Material e Métodos

Caracterização da área de estudo

Para o estudo foram delimitadas as Unidades de Conservação de Proteção Integral na categoria Parque Estadual, geridas pelo Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL): o Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema, Parque Estadual Nascentes do Rio Taquari, Parque Estadual Pantanal do Rio Negro, Parque Estadual Matas do Segredo e o Parque Estadual do Prosa (Figura 1). As descrições foram compiladas com base nos Planos de Manejo (IMASUL, 2019).

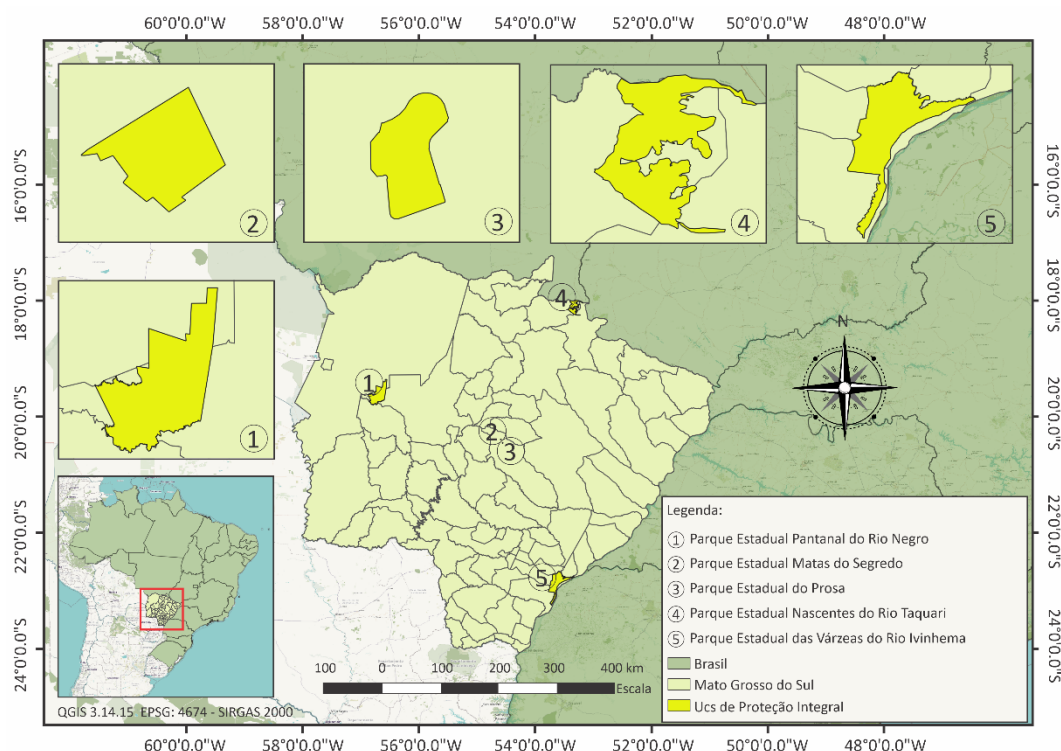


Figura 1: Mapa de situação das Unidades de Conservação em Mato Grosso do Sul.

Figure 1: Map of situation of Conservation Units in Mato Grosso do Sul.

Fonte: elaborado pelos autores (2020).

Source: elaborated by the authors (2020).

Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema (PEVRI) abrange uma área de 73.315 hectares, localizado nos municípios de Jateí, Naviraí e Taquarussu, sendo a primeira Unidade de Conservação de Proteção Integral do estado de Mato Grosso do Sul. Criado por meio do Decreto nº 9.278, de 1998, representa a última porção do ecossistema de várzeas da Bacia do Alto Paraná, livre de represamento.

Sua formação vegetal inclui remanescentes de Mata Atlântica, Cerrado e várzea. Integra a Bacia Hidrográfica do Rio Ivinhema, afluente da margem direita do Rio Paraná. Sua hidrografia favorece rotas migratórias para várias espécies de peixes. Além disso, abriga outras espécies que compõem a rica diversidade de fauna. Dispõe de trilhas, lagoas e rios que permitem a interação qualificada com a biodiversidade. O uso de suas trilhas e os percursos aquáticos permitem o conhecimento da flora, a observação de aves e de outros animais silvestres.

Parque Estadual das Nascentes do Rio Taquari (PENT) foi criado pelo Decreto nº 9.662, de 9 de outubro de 1999. Abrange uma área de 30.618,9636 hectares, com 26.849,6232 hectares no município de Alcinópolis e 3.769,3404 hectares no município de Costa Rica. Possui uma rica biodiversidade e sua localização é estratégica para conexão do Cerrado ao Pantanal.

Abriga sítios arqueológicos com vestígios de ocupação humana de longa data. A área inclui belas paisagens naturais, cachoeiras, canyons e cavernas. Dentre as possibilidades de atividades para os visitantes estão a contemplação da paisagem e a observação da vida silvestre. Constitui um importante corredor ecológico entre Cerrado e Pantanal, e a sua criação foi uma iniciativa da sociedade civil para proteção das nascentes do Rio Taquari.

Parque Estadual do Pantanal do Rio Negro (PEPRN) foi criado sob o Decreto Estadual nº 9.941, de 5 de junho de 2000. Abrange uma área de 78.300 hectares, situado nos municípios de Aquidauana e Corumbá. Inserido exclusivamente no bioma Pantanal, maior planície alagável do mundo, reconhecido como Reserva da Biosfera Mundial.

O Parque abriga uma área com ambientes representativos característicos da região pantaneira que é legalmente reconhecida como prioritária para a conservação da biodiversidade. Apresenta ainda diversidade de espécies faunísticas e florísticas que favorecem atividades de contemplação das paisagens do Pantanal, conhecimento da flora, interação com ambientes aquáticos e observação de aves e outros animais silvestres.

Parque Estadual Matas do Segredo (PEMS) foi criado pelo Decreto Estadual nº 9.935, de 05 de junho de 2000. Situado dentro do perímetro urbano do município de Campo Grande, abrange uma extensão territorial de 177,58 hectares, abriga importantes remanescentes de Cerrado e as 33 nascentes que formam o córrego Segredo.

Essa UC desempenha importante papel na manutenção da biodiversidade, qualidade de vida dos moradores da cidade e favorece a melhoria do conforto térmico do ambiente urbano. Está aberto a atividades

diversas que enfatizam a importância da conservação e auxiliam na sensibilização da população visitante e do entorno. O uso de suas trilhas permite a contemplação da natureza, o conhecimento sobre a flora, a observação de aves e de outros animais silvestres. Essa Unidade de Conservação ainda se destaca pelas atividades de cunho social desenvolvidas pelo Projeto Florestinha¹ criado no ano de 1992 pela Polícia Militar Ambiental.

Parque Estadual do Prosa (PEP) foi elevado e regulamentado como Unidade de Conservação de Proteção Integral por meio do Decreto Estadual nº 10.783, de 21 de maio de 2002. Possui 135,2573 hectares e está situado dentro do perímetro urbano do município de Campo Grande.

O PEP foi criado com o objetivo de conservar amostras remanescentes de Cerrado e nascentes que formam o córrego Prosa. Sua formação vegetacional é constituída por cerrado, cerradão e mata de galeria. Abriga o córrego Prosa, formado pela junção dos córregos Joaquim Português e Desbarrancado. Além de uma rica diversidade de fauna, dispõe de trilhas para passeios guiados. Sendo possível a contemplação da natureza, o conhecimento sobre a flora, a observação de aves e de outros animais silvestres.

As Unidades de Conservação apresentadas possuem um alto valor biológico, uma diversidade de benefícios ambientais, que compreendem aspectos estéticos, históricos, sociais, culturais, econômicos, educacionais, científicos e religiosos (WWF-BRASIL, 2018), além de compor um potencial significativo para o desenvolvimento do turismo sustentável.

Percurso metodológico

A metodologia utilizada para o estudo foi embasada no Índice de Atratividade Turística das Unidades de Conservação Brasileiras, de Souza, Thapa e Castro (2017), a qual levou em consideração atributos físicos, sociais e de manejo referentes aos ambientes internos das Unidades de Conservação brasileiras. Para o estudo das UCs do Mato Grosso do Sul foi necessária uma adaptação da metodologia para contemplar a realidade dessas áreas. Diante disso, foram realizadas visitas *in loco* a fim de construir um panorama das diferentes atratividades dessas áreas.

A coleta referente aos atributos físicos, sociais e de manejo das UCs ocorreu durante o período de julho de 2017 até março de 2020. As variáveis selecionadas referentes aos atributos internos e externos às UCs foram complementadas com a aplicação de entrevistas semiestruturadas com os gestores, além da análise de fontes secundárias de documentos relativos aos Planos de Manejo das áreas de estudo (IMASUL, 2019), tendo como foco principal o Programa de uso Público que inclui os subprogramas de recreação, interpretação e educação ambiental.

Fez uso, ainda, de orientações do Índice de Atratividade Turística ou Tourist Attraction Index (TAI) de Gearing *et al.* (1974), por permitir aplicar procedimentos indiretos e a utilização de escalas numéricas para as avaliações a partir de pesquisa com especialistas. Assim, foi aplicado um

questionário de pesquisa autorizado pelo Comitê de Ética em Pesquisas - CEP/UNIDERP, sob o Parecer nº 2.526.285.

Para as questões que caracterizam atrativos para impulsionar o turismo nas Unidades de Conservação, e quais são os elementos que constituem obstáculos para impulsionar esse turismo, foi utilizada uma escala de importância de 1 a 5, onde: Significativamente Importante = 5; Muito Importante = 4; Importante = 3; Pouco Importante = 2; e Nada Importante = 1.

A seleção de atributos ocorreu com base em critérios referentes aos ambientes internos e externos das UCs, com a proposta de privilegiar iniciativas locais e facilidades de acesso, dentre as quais: paisagens; recursos naturais; diversidade de fauna e flora; roteiros guiados e autoguiados; identidade do parque como UC; história e cultura; pesquisas científicas e educacionais; e produtos vinculados à imagem da UC.

Foi utilizado o teste estatístico Alpha de Cronbach para verificação do grau de confiabilidade dos dados coletados no questionário. Esse coeficiente foi apresentado por Lee J. Cronbach, em 1951, como uma forma de estimar a confiabilidade de um questionário aplicado em uma pesquisa (HORA; MONTEIRO; ARICA, 2010), conforme a equação (1).

$$\alpha = \left[\frac{k}{k-1} \right] \times \left[1 - \frac{\sum_{i=1}^k S_i^2}{S_t^2} \right]$$

Onde:

k corresponde ao número de itens do questionário;

S²_i corresponde a variância de cada item; e

S²_t corresponde a variância total do questionário (soma de todas as variâncias).

A consistência dos dados analisados corresponde ao Alpha de Cronbach (α), com grau de significância conforme Tabela 1.

Tabela 1: Escala de valores segundo o coeficiente Alpha de Cronbach.

Table 1: Scale of values according to Cronbach's Alpha coeficiente.

Alpha de Cronbach	Consistência interna
$\alpha > 0,9$	Excelente
$\alpha > 0,8$	Bom
$\alpha > 0,7$	Aceitável
$\alpha > 0,6$	Questionável
$\alpha > 0,5$	Pobre
$\alpha < 0,5$	Inaceitável

Fonte: Elaborado com base em George e Mallery (2003).

Source: elaborated based on George and Mallery (2003).

O instrumento utilizado para analisar a atratividade turística das UCs na categoria Parques Estaduais, mediante alpha de Cronbach, confirmou que a consistência do questionário aplicado foi significativa (Tabela 2). Tais informações foram sinalizados por stakeholders (n = 102) de áreas ambientais e do turismo.

Tabela 2: Consistência interna do questionário segundo o coeficiente Alpha de Cronbach.

Table 2: Internal consistency of the questionnaire according to Cronbach's Alpha coefficient.

<i>Stakeholders</i>	<i>K</i>	<i>S²_i</i>	<i>S²_t</i>	<i>α</i>
102	31	21,16	186,28	0,92

Fonte: Dados da pesquisa.

Source: Survey data.

As informações foram coletadas também nas páginas oficiais do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL), no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), mantido pelo Ministério do Meio Ambiente; e informações do Anuário dos dados turísticos do estado, elaborado pela Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul (FUNDTUR/MS), por meio do Observatório do Turismo (Observatur/MS) referente ao ano de 2019.

Resultados e Discussão

Ao analisar a atratividade turística das Unidades de Conservação na categoria Parques Estaduais de Mato Grosso do Sul, foi constatado que as UCs do estado se destacam pela sua rica biodiversidade e paisagens de relevante beleza cênica. Em vista disso, foi realizada uma investigação a fim de relacionar os atributos que representam atratividade para o uso turístico nessas áreas (Tabela 3).

Tabela 3: Atratividade para o uso turístico em Unidades de Conservação de Mato Grosso do Sul.

Table 3: Attractiveness for the touristic use in Conservation Units of Mato Grosso do Sul.

Componentes de atratividade das UCs					
Aspectos	Escala numérica (%)[*]				
	1	2	3	4	5
Paisagens e recursos naturais	0	0	5,9	13,7	80,4
Diversidade de fauna e flora	0	0	2	11,8	86,3
Identidade do Parque como UC	0	0	35,7	14,3	50
História e cultura	0	5,9	22,5	29,4	42,2
Pesquisas científicas e educacionais	0	2,9	8,8	24,5	63,7
Privilegiar iniciativas locais	1	2	10,8	30,4	55,9
Produtos vinculados à imagem da UC	4,9	10,8	28,4	28,4	27,7
Roteiros guiados e autoguiados	2	3,9	5,9	31,4	56,9
Facilidade de acesso	0	2,9	10,8	24,5	61,8

^{*} Escala numérica de importância: Significativamente Importante = 5; Muito Importante = 4; Importante = 3; Pouco Importante = 2; e Nada Importante = 1.

Fonte: Dados de pesquisa.

Source: Survey data.

Os respondentes apontaram como fatores mais influentes na atratividade: a diversidade de fauna e flora (86,3%); as paisagens e recursos naturais (80,4%); e a utilização das UCs para a realização de pesquisas científicas e educacionais (65,7%). No contexto, a atratividade do lugar está intimamente associada à análise da imagem deste lugar, e com isso o nível de atratividade é largamente influenciado pela imagem do destino e vice-versa e essa atratividade turística é constituída por elementos que despertam a atenção dos turistas, podendo ser tangíveis ou intangíveis (KREŠIĆ; PREBEŽAC, 2011; RODRIGUES, 2016). Em geral, os atrativos turísticos são compostos por singularidades capazes de atrair públicos específicos e fomentar os fluxos turísticos.

Em relação às atividades que podem representar atratividades para as UCs, retratadas em práticas que se caracterizam sustentáveis, foram apontadas com maiores relevâncias, conforme as seguintes categorias: caminhadas em trilhas guiadas e autoguiadas (78,4%); observação da vida silvestre (77,5%); e contemplação de paisagens e fotografia (76,5%), conforme observados na tabela 4. Esses indicadores apontados são similares aos dados percebidos pelos visitantes na pesquisa realizada por Mamede *et al.* (2017) sobre o Ecoturismo na região turística Caminho dos Ipês, considerada importante rota pela riqueza em atrativos naturais.

Tabela 4: Atividades para o uso turístico em Unidades de Conservação de Mato Grosso do Sul.
Table 4: Activities for the touristic use in Conservation Units of Mato Grosso do Sul.

Atividades que representam atratividade					
Práticas	Escala numérica (%)*				
	1	2	3	4	5
Caminhadas (trilhas guiadas e autoguiadas)	0	0	4,9	16,7	78,4
Cicloturismo	2	5,9	21,6	31,4	39,2
Contemplação de paisagens e fotografia	0	1	3,9	18,6	76,5
Cursos de capacitação e formação	0	5,9	14,7	24,5	54,9
Observação da vida silvestre	0	0	3,9	18,6	77,5
Observação astronômica	2,9	6,9	35,3	24,8	30,4
Trilhas interativas	0	2,9	17,6	28,4	51
Visitas com fins científicos	0	2	8,8	22,5	66,7
Visitas com fins educacionais	0	3,9	6,9	23,5	65,7

* Escala numérica de importância: Significativamente Importante = 5; Muito Importante = 4; Importante = 3; Pouco Importante = 2; e Nada Importante = 1.

Fonte: Dados de pesquisa.

Source: Survey data.

De modo geral, o turismo em espaços naturais está relacionado à observação da vida silvestre e contemplação das paisagens, fatores que caracterizam a natureza como autêntica atratividade, sem considerar aspectos socioculturais ou questões gerenciais (BARIĆ; ANIĆ; BEDOYA, 2016). No entanto, quando se planeja o turismo e considera os diferentes elementos que representam a atratividade turística, é necessário estabelecer estratégias na gestão dessas áreas.

Foram, ainda, investigados os elementos que se constituem obstáculos para impulsionar o turismo nas UCs de Mato Grosso do Sul (Tabela 5).

Tabela 5: Fatores que dificultam o uso turístico em Unidades de Conservação de Mato Grosso do Sul.
Table 5: Factors that hinder the touristic use in Conservation Units of Mato Grosso do Sul.

Fatores que dificultam o uso turístico em UCs					
Fatores	Escala numérica (%) [*]				
	1	2	3	4	5
Plano de Manejo desatualizado quanto ao uso público	1	3,9	12,7	23,5	58,8
Programa incompatível ao Uso Público e objetivos da UC	2	2	8,8	30,4	56,9
Gestão desintegrada	1	2	15,7	16,7	64,7
Os usuários não conhecem a identidade do Parque como UC	0	7,1	28,6	28,6	35,7
Inexistência de um sistema de monitoramento de impactos de visitantes	0	3,9	13,7	24,5	57,8
Carência de pessoal capacitado	0	2,9	3,9	25,5	67,6
Recursos financeiros insuficientes	0	2	8,8	25,5	63,7
Descontinuidade administrativa	1	1	15,7	20,6	61,8
Ausência de infraestrutura	0	2	6,9	25,5	65,7
Ausência de parcerias	0	3,9	12,7	33,3	50
Longas distâncias, estradas ruins, transporte escasso	2	2,9	13,7	27,5	53,9
Sinalização escassa	1	2	13,7	29,4	53,9
Divulgação insuficiente	0	2,9	10,8	17,6	68,6

* Escala numérica de importância: Significativamente Importante = 5; Muito Importante = 4; Importante = 3; Pouco Importante = 2; e Nada Importante = 1.

Fonte: Dados de pesquisa.

Source: Survey data.

Os fatores com índices mais elevados, sinalizados pelos respondentes como empecilho para o uso turístico, foram: carência de pessoal capacitado (67,6%); ausência de infraestrutura (65,7%); e, especialmente, a escassa divulgação dessas áreas (68,6%). Ressalta-se que, quando há uma divulgação abrangente, pode ser uma influente forma de ampliar o conhecimento do público sobre o patrimônio natural do estado, e pode atrair turistas para essas áreas, e sobretudo, ampliar a receita e postos de trabalhos com o aumento da visitação (CANTO-SILVA; SILVA, 2017), uma vez que a experiência vivenciada nessas áreas pode influenciar a intenção de revisita-las, e com isso favorecer o desenvolvimento do turismo local e regional.

Esses fatores apontados como dificuldades para o desenvolvimento do uso turístico nos Parques Estaduais, também representam obstáculos em outras UCs que abrangem o território brasileiro, e dentre esses impasses, os recursos orçamentários insuficientes geram uma situação dramática para os gestores que não têm condições de executar ações mínimas de fiscalização e de infraestrutura para visitação (GODOY; LEUZINGER, 2015). Bem como, a criação de uma extensa rede de apoio a essas áreas e a sua priorização no âmbito de políticas públicas no país (PELLIN *et al.*, 2014).

Outro fator questionado foi a inexistência de um sistema de monitoramento de impactos de visitantes, que apresentou uma média de 57,8%, sendo considerado um elemento de elevada importância, e que merece ser posto em prática. Pois, é com base no monitoramento que é possível elaborar um zoneamento funcional e determinar as ações a serem desenvolvidas para mitigar impactos, eliminar ameaças, melhorar a

conservação e proteger valores em cada uma dessas áreas (RAMÓN; SALINAS; LORENZO, 2013).

De modo geral, os Parques Estaduais no Brasil enfrentam dificuldades, e, em algumas oportunidades, os gestores se amparam nos guardas-parques; no entanto, estes também se apresentam em número reduzido nas unidades de conservação e precisam se envolver com as atividades de vigilância, patrulhamento e fiscalização contra a caça e pesca furtiva (RECH; PERELLO; CANTO-SILVA, 2017) decorrentes da perturbação humana devido às condutas ilegais aos espaços naturais, e em muitos desses casos a população não tem conhecimento sobre os benefícios dos parques para a sociedade e economia nacional.

No estado do Mato Grosso do Sul esta situação não é diferente. Face a isso, é necessário arranjos políticos mais efetivos para desenvolver toda a região e apoiar o turismo como um todo (SOUZA; THAPA; CASTRO, 2017). Em razão desses e de outros aspectos, é indispensável o cumprimento de políticas públicas para o melhor desempenho do turismo em UCs no Mato Grosso do Sul, assim como, a revisão do Plano de Manejo da área no prazo previsto pelo SNUC, e a sua aplicação efetiva.

Foi observado que, embora os Parques Estaduais de Mato Grosso do Sul sejam considerados pela sua rica biodiversidade e beleza cênica, o uso público e turístico dessas áreas ainda é módico. Essa constatação está em consonância com o que foi apresentado pelo Observatório do Turismo de Mato Grosso do Sul (Observatur/MS), no Anuário dos dados turísticos do estado (2018 e 2019), referentes à visitação nas Unidades de Conservação (Tabela 6).

Tabela 6: Desempenho da visitação de Unidades de Conservação de Mato Grosso do Sul.
Table 6: Performance of the visitation in Conservation Units of Mato Grosso do Sul.

Unidades de Conservação	Visitantes (n) 2018	Visitantes (n) 2019
PE Nascentes do Rio Taquari	4.800	4.759
PE do Prosa	2.435	2.076
PE Matas do Segredo	1.213	847
PE Várzeas do Rio Ivinhema	1.172	1.174
PE Pantanal do Rio Negro	0*	0*
Total	9.620	8.856

* Esta área não contempla o uso turístico, e por isso não foram apresentados dados de visitação.

Fonte: organizado com base no OBSERVATUR/MS (2018-2019).

Source: organized based on the OBSERVATUR/MS (2018-2019).

Para o Parque Pantanal do Rio Negro não foram apresentados dados de visitação, pois apesar do Plano de Manejo dessa área mencionar que as regras relativas ao uso público para visitação sejam implantadas, conforme o Encarte IV do referido documento, o Órgão gestor do parque ainda não permite a visitação com fins recreativos e/ou turísticos.

Enfatiza-se que o quantitativo referente à visitação nesses parques poderia ser ainda mais expressivo se o estímulo à visitação fosse mais

eficaz, como o que ocorreu na Campanha “Um Dia no Parque”, em 2019, idealizada pela Rede Pró UC, em parceria com a Coalizão Pró-Unidades de Conservação, por meio de um chamamento que incentiva os brasileiros a frequentarem as áreas protegidas. Essa campanha foi inspirada na ação realizada pelo Park Day nos Estados Unidos da América.

No evento “Um Dia no Parque” foram praticadas diferentes atividades, dentre as quais: de lazer, contemplação, esportivas, terapêuticas e de interpretação e educação ambiental, configuradas com o propósito de sensibilizar pessoas para valorizar os parques e reconhecer a importância das áreas protegidas. E nesse contexto, os Parques do Prosa e Matas do Segredo também fizeram parte dessa mobilização nacional com ações integrativas que reuniram mais de uma centena de participantes (WWF-BRASIL, 2019). De modo geral, eventos como “Um Dia no Parque” favorecem ações e divulgações que podem despertar o interesse das pessoas para visitarem esses espaços. Essas UCs são áreas-chave para a contemplação da vida silvestre, lazer e recreação, além de serem espaços que aproximam e reconectam as pessoas à natureza (SILVA-MELO; GUEDES; MELO, 2020; 2021).

Sobre ações no Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema, a implementação da prática turística pode favorecer economicamente os três municípios nos quais a unidade de conservação está inserida (Naviraí, Jateí, Taquarussu), por meio da geração de novos empregos e empreendimentos que compõem a cadeia produtiva do turismo. Ainda neste aspecto, a diversidade biótica, com a oportunidade da bioprospecção da fauna e flora pode potencializar resultados favoráveis ao parque (SANTOS *et al.*, 2018). Além disso, os mesmos autores consideram que é necessário oportunizar práticas e ações que viabilizem a melhoria contínua das qualidades do PEVRI, dando continuidade ao plano de manejo para o uso de suas atividades propostas.

Assim como os demais parques do estado, o Parque Estadual Nascentes do Rio Taquari possui belezas naturais e diversidade biológica. Esta unidade de conservação se destaca pelas cachoeiras, canyons, cavernas, proteção da bacia hidrográfica do Rio Taquari e sítios arqueológicos. Também, como foi ressaltado por Carrijo *et al.* (2001), a UC se localiza na rota do corredor ecológico do Cerrado-Pantanal, região importante para manutenção da biodiversidade. E oportunamente, pelas singularidades essa área torna-se favorável a diversos usos públicos.

As diferentes funções desses parques conforme Silva-Melo, Guedes e Souza (2016), Asato, Dorsa e Rech (2016), Martins, Souza e Vargas (2018), e Silva-Melo, Guedes e Melo (2021), influenciam positivamente na qualidade de vida de quem mora no seu entorno ou usufrui de sua estrutura. Para tanto, a efetividade dessas UCs somente ocorrerá se as ações estiverem coerentes com a categoria e os objetivos de sua criação, localização, relação com o entorno, qualidade do zoneamento proposto, instrumentos de fiscalização e recursos materiais e humanos disponíveis, pois segundo Brito, Garcia e Chavez (2020), esses fatores influenciam diretamente na efetividade de seu manejo. Ademais, ao considerar que estes parques

apresentam características relevantes para o uso público e a prática turística, é necessário que haja estrutura adequada que subsidiem à visitação em aspectos sustentáveis dessas áreas naturais.

Quanto à proposta para identificar os fatores que indicam as potencialidades e fragilidades para o uso público e turístico nas UCs de Mato Grosso do Sul, foram observados e analisados os seguintes elementos (Figura 2).

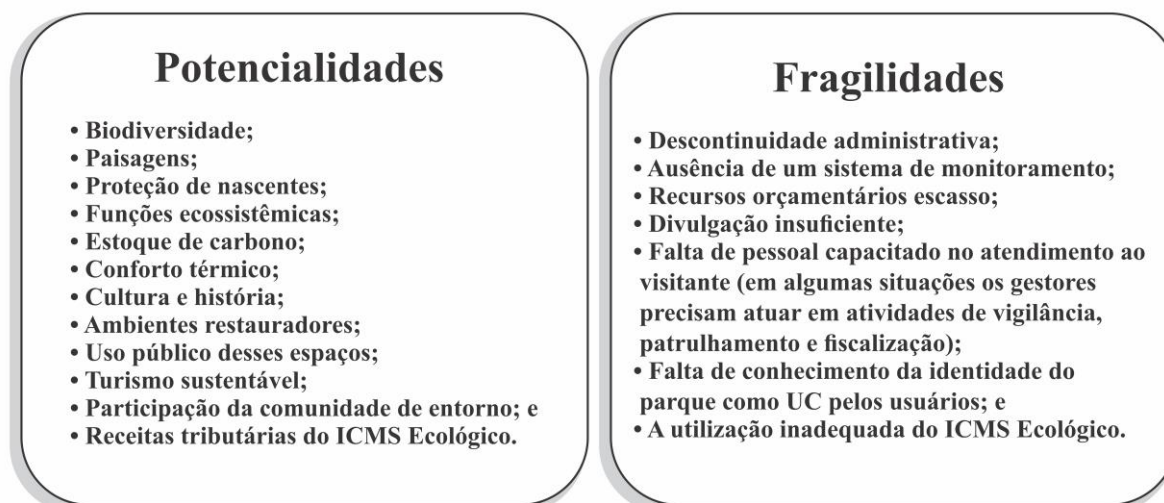


Figura 2: Potencialidades e fragilidades em Unidades de Conservação de Mato Grosso do Sul.

Figure 2: Potentials and weaknesses in Conservation Units of Mato Grosso do Sul.

Fonte: elaborado pelos autores (2020).

Source: elaborated by the authors (2020).

No caso destes fatores observados, consideramos que é necessário maximizar as potencialidades e minimizar as fragilidades a fim de favorecer o desenvolvimento do turismo nessas Unidades de Conservação com mais eficácia.

Considera-se que a utilização adequada do ICMS Ecológico proveniente das UCs do estado, destinado aos municípios, poderia minimizar vários fatores de instabilidade nos Parques Estaduais. Conti e Elicher (2017) apontam que a ausência de condicionalidades com relação à aplicação dos recursos recebidos pelos municípios dificulta o alcance de resultados, isso porque as receitas distribuídas por meio do ICMS Ecológico não têm sido revertidas para as atividades geradoras do recurso. Além disso, os mesmos autores ainda alegam que a gestão dos Parques Estaduais parece ser a que menos recebe investimentos por parte dos municípios que se mostram empenhados na criação de novas UCs. Sendo assim, Pinto *et al.* (2016) indica que ações efetivas relativas ao uso do espaço em unidade de conservação somente são possíveis com avaliações que considerem os aspectos socioeconômicos circunvizinhos de cada unidade.

Por isso, é imprescindível a disponibilidade de políticas públicas claras e sistêmicas que possam assegurar de forma efetiva o turismo sustentável, e que rejeitem concepções errôneas de que unidades de

conservação constituem entraves ao desenvolvimento local e regional. Especialmente, na compreensão que a natureza é um dos principais atrativos turísticos (LEUNG *et al.*, 2019), e por isso, priorizar a sustentabilidade é fundamental ao desenvolvimento da atividade turística.

No tocante, compreende-se que são diferentes desafios a serem superados pela gestão dessas UCs, e possivelmente um caminho ao uso público seria a prestação de serviços públicos por meio de concessão, permissão, terceirização e/ou autorização, que podem viabilizar obras de infraestrutura e a gestão dos serviços prestados aos visitantes. Tais disponibilidades de serviços se caracterizam pela maior autonomia, especialização e capacidade administrativa com orçamento próprio das instituições. Pois, as diferentes modalidades de prestação de serviços e de suas respectivas características importam para planejar a gestão da visitação num determinado Parque (RODRIGUES; GODOY, 2013).

É preciso ter claro que o estado não poderá transferir suas responsabilidades para terceiros, e nesse caso terá que fiscalizar e monitorar os serviços prestados, considerando aspectos sociais, econômicos e ambientais (REIS; QUEIROZ, 2017), e dessa maneira evitar a mercantilização dos Parques Estaduais e a apropriação desses espaços voltados unicamente para um uso público conflitante aos objetivos dessas áreas.

Ao levar em consideração que as UCs apresentam um potencial significativo na provisão dos diferentes serviços ecossistêmicos (SNYMAN; BRICKER, 2019), e por permitir o uso público compatível com pesquisa, lazer, educação ambiental, inserção social e o bem-estar humano, e de modo igual à prática turística sustentável, enfatiza-se que um maior fluxo turístico, respeitando a capacidade de carga, pode favorecer a captação de recursos financeiros para a implementação dessas áreas (PETRIĆ; MANDIĆ, 2014; YOUNG; MEDEIROS, 2018; GARCÍA; LOPEZ, 2018; SILVA-MELO; GUEDES; MELO, 2021).

De modo igual a outros Parques Estaduais presentes no território nacional, é possível empregar alternativas nos Parques do Mato Grosso do Sul para intensificar a atratividade e ampliar o uso público. Entre essas alternativas: roteiros temáticos adaptados, como a interpretação através dos recursos sensoriais da trilha e a presença de estruturas de orientação/guia de forma a promover a acessibilidade (IKEMOTO; MORAES; COSTA, 2009). Bem como, painéis interpretativos, mirantes, espaço para exposições, sala para exibição de audiovisual; apresentações culturais de grupos de dança da comunidade (FRANCO; FOLMANN, 2019; OLIVEIRA; FREITAS; NÓBREGA, 2018).

Atividades com investimentos de baixos custos podem oportunizar à visitação e atender diferentes tipos de público. Bem como, promover o envolvimento da população com a UC, tornando-se ferramenta de valorização dos recursos naturais e socioculturais presentes na mesma (BERTOLIN, 2020). Para tanto é indispensável conciliar os princípios que respeitem o uso sustentável dos recursos naturais e a dinâmica ambiental necessários à manutenção da sustentabilidade.

Assim, no entendimento de que o conceito de atrativos turísticos está relacionado a um lugar, produto, evento de interesse turístico que motiva o deslocamento das pessoas, os Parques do Mato Grosso do Sul se revestem de grande potencial que incluem os benefícios tangíveis e intangíveis. Nesse sentido, as recomendações apresentadas no estudo de Silva-Melo, Guedes e Melo (2020; 2021) podem ser viáveis, tanto na perspectiva da atratividade, quanto no alcance de diversos benefícios para o bem-estar humano.

Dentre as recomendações, citam-se: a divulgação dessas áreas por parte dos gestores; o voluntariado e volunturismo²; empreendedorismo e inovação via abertura de negócios sustentáveis; adoção de práticas ao ar livre pelas instituições educacionais, tanto da esfera pública, quanto da iniciativa privada; aos diferentes atores do turismo que planejam atividades nas UCs, para vincularem ações de educação ambiental adequadas aos objetivos de criação das áreas; e à sociedade, que ao desejar saúde física e emocional, visite uma Unidade de Conservação e estabeleça uma conexão com a natureza. Visto que, estas áreas são espaços de vivências, experiências, desenvolvimento e inter-relações.

Considerações Finais

Conclui-se que, independente da rica biodiversidade, beleza cênica e diversidade de paisagens existentes nas Unidades de Conservação de Proteção Integral, na categoria Parques Estaduais de Mato Grosso do Sul, esses atributos por si próprios não se caracterizam como atratividade turística desses Parques, haja vista que o uso turístico dessas áreas ainda é módico e depende de diferentes fatores que influenciam diretamente os processos de gestão desses espaços, tais como: descontinuidades administrativas, recursos financeiros escassos, quadro de servidores insuficientes, aceitação da existência da UC pelos atores locais, falta de divulgação, entre outros.

Uma possível solução seria a prestação de serviços públicos por meio de concessão, permissão, terceirização e/ou autorização para o uso desses Parques. Tais parcerias possibilitariam à iniciativa privada gerir os serviços, como forma de minimizar os custos do governo, no processo de melhoria das infraestruturas e de outras ofertas compatíveis no desenvolvimento das atividades de visitação. Todavia, é necessário considerar que o desenvolvimento legítimo a ser implantado nas UCs não corresponde em transformar essas áreas em mercadorias, mas desenvolver ações que possam incluir os diversos atores que se relacionam com esse território. Em vista disso, o modelo de gestão constitui um indicativo importante que pode legitimar a efetividade dos resultados.

Portanto, para consolidar a atratividade turística dessas Unidades de Conservação em bases sustentáveis, é necessário que os recursos-chave para a prática adequada do turismo sejam reconhecidos como elos fundamentais dessa composição, na qual se constituem por diferentes elementos, como: a biodiversidade, a paisagem, cultura, história, funções ecossistêmicas e comunidades de entorno.

Por fim, recomendamos a realização de estudos e pesquisas voltadas ao uso público e de seus diferentes impactos nessas áreas protegidas, visto que o uso público é um direito previsto no Sistema Nacional de Unidades de Conservação e se destaca como uma importante ferramenta de manejo, de sensibilização e aproximação de pessoas à natureza.

Referências

- ASATO, T. A.; DORSA, A. C.; RECH, R. G. Parques Urbanos e Meio Ambiente: o caso do Parque do Prosa e o CRAS. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, v. 10, n. 5, p. 26 – 46, 2016.
- BARIĆ, D.; ANIĆ, P.; BEDOYA, A. M. Segmenting protected area visitors by activities: A case study in Paklenica National Park, Croatia. **European Journal of Tourism Research**, v.13, p.103-121, 2016.
- BERTOLIN, C. M. Gestão financeira de unidades de conservação: perspectiva teórica sobre turismo e uso público em Minas Gerais, Brasil. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 7, n. 15, p. 373-386, 2020.
- BRASIL. **Lei nº 9.985**, de 18 de julho de 2000. Cria o Sistema nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 15 mar. 2020.
- BRITO, R. M.; GARCIA, P. H. M.; CHAVEZ, E. S. Vinte anos da lei do SNUC: Histórico e momento atual das unidades de conservação em Mato Grosso do Sul. **Caderno de Geografia**, v. 30, n. 62, p. 841-841, 2020.
- CANTO-SILVA, C. R.; SILVA, J. S. D. Panorama da visitação e da condução de visitantes em Parques brasileiros. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 11, n. 2, p. 365-386, 2017.
- CARRIJO, M. G. G.; PARANHOS, A. C.; NOBUYOSHI, C.; DO VAL, L. C. A.; LASTORIA, G.; OLIVEIRA, J. M. Z. P. S.; MONTEIRO, C. S. **Levantamento de aspectos físicos do Parque Estadual das Nascentes do Rio Taquari** (MS - Brasil). p. 1-19, 2001. Disponível em: <https://www.academia.edu/35290781/Levantamento_De_Aspectos_F%C3%ADsicos_Do_Parque_Estadual_Das_Nascentes_Do_Rio_Taquari_MS_-_Brasil>. Acesso em: 15 jan. 2020.
- CASTRO, E. V.; SOUZA, T. V. S. B.; THAPA, B. Determinants of tourism attractiveness in national parks of Brazil. **PARKS. The International Journal of Protected Areas and Conservation**, v. 21, n. 2, p. 51-62, 2015.
- CONTI, B.; ELICHER, M. Implicações da política de " ICMS-Ecológico" para a gestão e uso turístico de unidades de conservação no Estado do Rio de Janeiro. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, n. 27, p. 523-533, 2017
- FRANCO, A. O.; FOLMANN, A. C. Utilização da natureza em Unidades de Conservação de Proteção Integral: considerações sobre o Parque Estadual de Vila Velha, Paraná. **Revista Presença Geográfica**, v. 6, n. 2, p. 24-34, 2019.

- GARCIA, R. G.; LOPEZ, M. L. R. Las áreas protegidas como territorios turísticos: análisis crítico a partir del caso de los parques naturales de la Sierra Morena Andaluza. **Cuadernos de Turismo**, v. 41, p. 249-277, 2018.
- GEARING, C. E.; SWART, W.; VAR, T. Establishing a measure of touristic attractiveness. **Journal of Travel Research**, v. 12, p. 1-8, 1974.
- GEORGE, D.; MALLERY, P. **SPSS for Windows step by step: A simple guide and reference**. 11.0 update (4th ed.). Boston: Allyn & Bacon, 2003.
- GODOY, L.; LEUZINGER, M. O financiamento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação no Brasil: características e tendências. **Revista de informação legislativa**, v. 52, n. 206, p. 223-243, 2015.
- HORA, H. R. M.; MONTEIRO G. T. R.; ARICA J. Confiabilidade em questionários para qualidade: um estudo com o Coeficiente Alfa de Cronbach. **Produto & Produção**, v. 11, n. 2, p. 85 - 103, 2010.
- HUGHES, J.; ROGERSON, M.; BARTON, J.; BRAGG, R. Age and connection to nature: when is engagement critical? **Frontiers in Ecology and the Environment**, v.17, n. 5, p. 265-269, 2019.
- IKEMOTO, S. M.; MORAES, M. G.; COSTA, V. C. Avaliação do potencial interpretativo da trilha do Jequitibá, Parque Estadual dos Três Picos, Rio de Janeiro. **Sociedade & Natureza**, v. 21, n. 3, p. 271-287, 2009.
- IMASUL. Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul. **Planos de Manejo de Unidades de Conservação**. Disponível em: <<https://www.imasul.ms.gov.br/planos-de-manejo-de-unidades-de-conservacao/>>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- KENIGER, L. E.; GASTON, K. J.; IRVINE, K.N; FULLER, R. A. What are the Benefits of Interacting with Nature? **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v.10, p.913-935, 2013.
- KREŠIĆ, D.; PREBEŽAC, D. Index of destination attractiveness as a tool for destination attractiveness assessment. **Tourism Original Scientific Paper**, v. 59, n. 4, p. 497-517, 2011.
- LEUNG, Y. F.; SPENCELEY, A.; HVENEGAARD, G.; BUCKLEY, R. (eds.). **Gestión del turismo y de los visitantes en áreas protegidas: directrices para la sostenibilidad**. Serie Directrices sobre Buenas Prácticas en Áreas Protegidas n.27, Gland, Suiza: IUCN. 2019.
- LOUV, R. **Vitamin N: The essential guide to a nature-rich life**. Algonquin Books, 2016.
- MACHADO, S. F.; FONSECA FILHO, R. E. Roteiro metodológico para planejamento e gestão de turismo em unidade de conservação: o caso do Jardim Botânico de Ouro Preto, Brasil. **Revista Turydes: Turismo y Desarrollo**, n. 20, p. 1-13, 2016.
- MAMEDE, S.; BENITES, M.; SABINO, J.; ALHO, C. J. R. Ecoturismo na região turística Caminho dos Ipês: conexões entre identidade biofílica e usufruto dos serviços ecossistêmicos. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 10, n. 4, p. 938-957, 2017.

MARTINS, G. P. V.; SOUZA, E. P.; VARGAS, I. A. Parque Estadual do Prosa em Campo Grande/MS: uma análise ambiental, a mobilidade urbana atual e o ciclismo como alternativa de transporte sustentável e promotor da educação ambiental. **Brazilian Journal of Development**, v. 4, n. 7, p. 3876-3892, 2018.

MOGHADAM, D. M; SINGH, H. J; YAHYA, W. R. W. A Brief Discussion on Human/Nature Relationship. **International Journal of Humanities and Social Science**, v. 5, n. 6, p. 90-93, 2015.

OBSERVATURMS. Observatório de Turismo de Mato Grosso do Sul. Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul. **Anuário 2019: ano base 2018. Dados turísticos do Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: FUNDTUR, 2019. Disponível em: <<https://www.turismo.ms.gov.br/observatorio-de-turismo-de-ms-disponibiliza-anuario-dos-dados-turisticos-2018-2019/>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

OLIVEIRA, J. P.; FREITAS, I. N.; NÓBREGA, W. R. M. Participação comunitária no desenvolvimento do turismo: um estudo no Parque Estadual da Pedra da Boca-PB. **HOLOS**, v. 6, p. 151-170, 2018.

PELLIN, A.; CARVALHO, G.; REIS, J. C.; PELLIN, A. Gestão do Uso Público em Unidades de Conservação Urbanas: o Caso do Parque Estadual da Pedra Branca (RJ). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v.7, n.2, p.344-373, 2014.

PETRIĆ, L.; MANDIĆ, A. Visitor management tools for Protected Areas focused on sustainable tourism development: the Croatian experience. **Environmental Engineering and Management Journal**, v. 13, p. 6, p.1483–1495, 2014.

PINTO, J. S.; PINTO, A. L.; PINTO, V. P. S.; OLIVEIRA, A. K. M.; SOUZA, C. C. Avaliação da sustentabilidade ambiental em três Parques Estaduais do Estado de Mato Grosso do Sul, no período entre 1985 a 2014. **Raega-Espaço Geográfico em Análise**, v. 37, p. 255-281, 2016.

RAMON, A. M.; SALINAS CHÁVEZ, E.; LORENZO, C. Propuesta metodológica para la zonificación funcional de áreas naturales protegidas terrestres desde la perspectiva del paisaje. **Revista do Instituto Florestal**, v. 25, p. 7-23, 2013.

RECH, I. F.; PERELLO, L. F. C.; CANTO-SILVA, C. R. C. Panorama do Uso Público em Parques Estaduais do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v.10, n.4, p.919-937, 2018.

REIS, A. F.; QUEIROZ, O. T. M. M. Concessões nas Unidades de Conservação do Estado de São Paulo: reflexões, oportunidades e desafios. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 10, n. 2, 2017.

RICHARDSON, M.; SHEFFIELD, D. Three good things in nature: Noticing nearby nature brings sustained increases in connection with nature/Tres cosas buenas de la naturaleza: Prestar atención a la naturaleza cercana produce incrementos prolongados en conexión con la naturaleza. **Psycology**, v. 8, n. 1, p. 1-32, 2017.

RODRIGUES, E. A aliança indissociável entre o turismo cultural e o turismo em espaço rural na Madeira. **Tourism & Management Studies**, v; 12, n. 2, p. 70-77, 2016.

RODRIGUES, C. G. O.; GODOY, L. R. C. Atuação pública e privada na gestão de Unidades de Conservação: aspectos socioeconômicos prestação de serviços de apoio à visitação em parques nacionais. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 28, p. 75-88. 2013.

SANTOS, R. M. R.; PEREIRA, N. S.; LEMKE, A. P.; CARVALHO, E. M. Trilhas ecológicas: planejamento do turismo educativo em uma Unidade de Conservação. **Realização**, v. 5, n.10, p. 83-89, 2018.

SILVA-MELO, M. R.; GUEDES, N. M. R.; SOUZA, C. C. Percepção e valoração ambiental do Parque Estadual Matas do Segredo em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v.9, n.5, p. 1513-1528, 2016.

SILVA-MELO, M. R.; MELO, G. A. P.; GUEDES, N. M. R. Unidades de Conservação: uma reconexão com a natureza, pós COVID-19. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 15, n. 4, p. 347-360, 2020.

SILVA-MELO, M. R.; GUEDES, N. M. R.; MELO, G. A. P. **Unidades de conservação**: empreendedorismo e inovação para um turismo sustentável no Mato Grosso do Sul. 1. ed. Recife, PE: Café com Literatura, 2021.

SOUZA, T. V. S. B.; THAPA, B.; CASTRO, E. V. **Índice de Atratividade Turística das Unidades de Conservação Brasileiras**. Brasília: PAPP, 2017.

SNYMAN, S.; BRICKER, K. S. Living on the edge: benefit-sharing from protected area tourism. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 27, n. 6, p.705–719, 2019.

VAN DEN BERG, A. E.; JOYE, Y.; DE VRIES, S. Health benefits of nature. In STEG, L.; VAN DEN BERG, A. E.; DE GROOT, J. I. M. (Eds.). **Environmental psychology**: An introduction. Oxford: BPS Blackwell, 2012. p. 47-56.

WWF-BRASIL. **Efetividade de Gestão de Unidades de Conservação (RAPPAM) - Mato Grosso do Sul, 2017**. WWF- Brasil. Campo Grande, 2018.

WWF. World Wide Fund for Nature. **Um Dia no Parque 2019, a maior ação de mobilização e engajamento já realizada pelas Unidades de Conservação no Brasil**. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?72203/Um-Dia-no-Parque-2019-a-maior-acao-de-mobilizacao-e-engajamento-ja-realizada-pelas-Unidades-de-Conservacao-no-Brasil>. Acesso em: 19 jun. 2019.

YOUNG, C. E. F.; MEDEIROS, R. **Quanto vale o verde**: a importância econômica das unidades de conservação brasileiras. Rio de Janeiro: Conservação Internacional, 2018.

Notas:

¹ O Projeto Florestinha criado em 1992, tinha como a ideia inicial minimizar os problemas ambientais de invasões por crianças e adolescentes para caçar animais. Com o passar do tempo, a visão de cidadania, disciplina e Educação Ambiental tornaram-se atividades que são a base do Projeto, conforme mencionado pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP/MS).

² O volunturismo é um tipo de turismo que implica em ações altruístas e humanitárias que visa proporcionar transformações benéficas ao lugar e a diferentes grupos sociais.

Agradecimentos

Ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da Anhanguera-Uniderp; à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), visto que, sendo uma pesquisa derivada de tese, dispôs do auxílio de concessão de bolsa de estudo; e ao Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL), especialmente aos gestores pelo apoio e acesso às Unidades de Conservação.

Marta Regina da Silva-Melo: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Curso de Turismo, Unidade Campo Grande, MS, Brasil.

E-mail: martamelors@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8192425520595557>

Neiva Maria Robaldo Guedes: Universidade para o desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (Anhanguera-Uniderp) - Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional, e Instituto Arara Azul, Campo Grande, MS, Brasil.

E-mail: guedesneiva@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7358580565148346>

Data de submissão: 03/06/2021

Data de recebimento de correções: 01/02/2022

Data do aceite: 01/02/2022

Avaliado anonimamente